

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADORIA – GERAL DA REPÚBLICA CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO Boletim Informativo

Boletim Informativo

N.º 07/2019/2020

REUNIÃO:

ORDINÁRIA DE 29/11/2019

NOVEMBRO DE 2019

SUMÁRIO:

1. Período antes da ordem do dia;
2. Apreciação do relatório final do concurso de acesso à categoria de Procurador da República de 1ª Classe: Aprovação e homologação do relatório final e Promoção;
3. Apreciação de processos de inspeção ordinária realizado aos Procuradores da República: Aritson José Brito e Mário Sany Ferreira Rocha;
4. Informação sobre o anúncio da data para a eleição de três magistrados para membros do CSMP;
5. Proposta de alteração de nomeação da Procuradora da República Assistente Virgínia Henrique Tavares Vaz, em comissão de serviço, pelo período de estágio probatório;
6. Apreciação da comunicação do Presidente do CSMJ relativa a constrangimentos do Sistema de Informatização da Justiça na ilha de Santo Antão;

Presenças:

Presidente

- Procurador-Geral da República e Presidente do Conselho Superior do Ministério Público, *Dr. Luis José Tavares Landim*;

Vogais

- Membro designado pelo Governo: *Dr. António Varela Semedo*.
- Membros eleitos pela Assembleia Nacional: *Eng. Mário Gomes Fernandes e Dra. Raquel Odete Fortes*;
- Membros eleitos pelos seus pares, *Drs. Felisberto Ho Chi Min Varela Robalo e Nilton Jorge da Costa Moniz*.

Secretário

- Secretariou a sessão o Oficial de Justiça *Zico António Fortes Andrade*, Secretário do Ministério Público.

7. Proposta de autorização para nomeação do Procurador da República, Dr. José Carlos Lopes Correia, para exercer, em comissão de serviço de natureza judiciária, as funções de Assessor do Procurador-Geral da República;
8. Matérias para conhecimento: Despacho de delegação de competências ao Procurador-Geral Adjunto Franklin Afonso Furtado;
9. Apreciação da participação das magistradas do MP contra o Vogal do CSMP.

1. Período antes da Ordem do dia:

Informações do Presidente:

- Reunião com o Presidente da Assembleia Nacional, e no qual foram abordadas as seguintes matérias:
 - Situação da Justiça;
 - Procedimentos a adoptar no pedido de levantamento de imunidade parlamentar dos deputados, no âmbito de processos-crimes, cujo pedido deve ser sempre solicitado pela Procuradoria-Geral da República;
 - Renovação de mandato dos membros do CSMP eleitos pela Assembleia Nacional;
- Participação na abertura do III Fórum do Ministério Público do projecto PACED, realizado na ilha do Sal, nos dias 26 a 29 de Novembro de 2019, que teve a participação de doze Procuradores da República, e que incidiu sobre a recuperação de activos.
- Visita à Procuradoria da República da Comarca do Sal;
- Reunião com os Procuradores da República Assistentes, realizada no dia 28 Novembro de 2019, com vista à preparação do estágio probatório a realizar-se nas Procuradorias da República de Comarcas da Praia e de São Vicente, e no Centro de Estudos Judiciários, em Lisboa – Portugal, cujo início está previsto para Janeiro de 2020;

Aprovação das Actas:

As actas nº 04/2019/2020, da reunião ordinária do dia 25 de outubro de 2019, nº 05/2019/2020, da reunião extraordinária de 05 de novembro de 2019 e nº 06/2019/2020, da reunião extraordinária de 18 de novembro de 2019, foram aprovadas por unanimidade dos presentes.

2. Apreciação do relatório final do concurso de acesso à categoria de Procurador da República de 1ª Classe:

a) Aprovação e homologação do relatório final

O CSMP, ao abrigo das disposições combinadas dos artigos 226º n.º 5 da Constituição, artigos 14º, n.º 1, alínea f), e 31.º n.º 1, 37º, n.º 1, alínea c), da Lei n.º 89/VII/2011, de 14 de fevereiro que aprovou a Lei Orgânica do Ministério Público, artigos 9º, al. b) e 15º da Lei n.º 2/VII/2011, de 20 de junho, que aprovou os Estatutos do Ministério Público, artigos 34º, n.º 1, alínea e) e 42º do Decreto-Lei n.º. 38/2015, de 29 de julho, que estabelece os princípios e procedimentos aplicáveis aos concursos públicos de ingresso, com ausência do Presidente, que integrara o júri do concurso, deliberou:

1. Aprovar o relatório final do Concurso de acesso para preenchimento de 08 (oito) vagas na categoria de Procurador da República de 1ª Classe, e homologar a lista de classificação final dos candidatos, conforme se segue:

Nº de Ordem	CANDIDATOS
1	Patrício Monteiro Varela
2	Mara Resende Dantas dos Reis
3	José Carlos Lopes Correia
4	Kylly Samháa Almada Fernandes
5	António Pedro Lopes Borges
6	Carlos Silva Gomes
7	António Maria Martins Claret

Promoção dos magistrados aprovados no concurso de acesso à categoria de Procurador da República de 1ª Classe

O CSMP, no uso das competências conferidas na alínea c) n.º 1 do artigo 37º da Lei n.º 89/VII/2011, de 14 de fevereiro, que aprova a Lei Orgânica do Ministério Público, nos termos do artigo 15º da Lei n.º 2/VIII/2011, de 20 de junho, que aprova o Estatuto dos Magistrados do Ministério Público, deliberou promover, com efeitos imediatos, os seguintes Magistrados do Ministério Público, aprovados em concurso:

- **Patrício Monteiro Varela**, Procurador da República de 2ª Classe, Escalão C, índice 166, promovido à categoria de Procurador da República de 1ª Classe, Escalão A, índice 170;
- **Mara Resende Dantas dos Reis**, Procuradora da República de 2ª Classe, Escalão C, índice 166, promovido à categoria de Procurador da República de 1ª Classe, Escalão A, índice 170;
- **José Carlos Lopes Correia**, Procurador da República de 2ª Classe, Escalão C, índice 166, promovido à categoria de Procurador da República de 1ª Classe, Escalão A, índice 170;
- **Kylly Samháa Almada Fernandes**, Procuradora da República de 2ª Classe, Escalão C, índice 166, promovido à categoria de Procurador da República de 1ª Classe, Escalão A, índice 170;
- **António Pedro Lopes Borges**, Procurador da República de 2ª Classe, Escalão C, índice 166, promovido à categoria de Procurador da República de 1ª Classe, Escalão A, índice 170;
- **Carlos Silva Gomes**, Procurador da República de 2ª Classe, Escalão C, índice 166, promovido à categoria de Procurador da República de 1ª Classe, Escalão A, índice 170;

- *Antônio Maria Martins Claret, Procurador da República de 2ª Classe, Escalão C, índice 166, promovido à categoria de Procurador da República de 1ª Classe, Escalão A, índice 170;*

Notifique-se e Publique-se.

3. Apreciação de processos de inspeção ordinária realizado aos Procuradores da República:

a) Dr. Aritson José Brito

O CSMP, aderindo aos fundamentos do Relatório e à proposta formulada, acorda em atribuir a classificação e notação ao Senhor Procurador da República, **Lic. ARITSON JORGE BRITO**, pelo serviço prestado na Procuradoria da República da Comarca de S. Nicolau, no período compreendido entre 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2018.

b) Dr. Mário Sany Ferreira Rocha;

O CSMP, aderindo aos fundamentos do Relatório e à proposta formulada, acorda o Conselho Superior do Ministério Público em atribuir a classificação e notação ao Senhor Procurador da República, **Lic. MÁRIO SANY FERREIRA ROCHA**, pelo serviço prestado nas Procuradorias da República das Comarcas da Brava e de Santa Catarina, **no período compreendido entre 01 de novembro de 2015 e 30 de junho de 2019.**

4. Informação sobre o anúncio da data para a eleição de três magistrados para membros do CSMP;

1. Nos termos do nº 2 do artigo 46º da Lei nº 89/VII/2011, de 14 de fevereiro, que aprova a Lei Orgânica do Ministério Público (LOMP), com as alterações introduzidas pela Lei nº 16/IX/2017, de 13 de dezembro, anuncia-se a eleição de três (3) magistrados do Ministério Público para o Conselho Superior do Ministério Público.
2. A eleição faz-se em assembleia de magistrados do Ministério Público, a realizar no dia 10 de janeiro de 2020, pelas 15:00 horas, na Procuradoria-Geral da República.
3. O prazo de apresentação de candidaturas é de dez (10) dias ininterruptos, a partir da data da publicação do presente aviso no Boletim Oficial, conforme o disposto no nº 2 do artigo 46º e no nº 3 do artigo 47º da LOMP.
4. Nos termos do disposto nos nºs 1 e 2 do artigo 52º da LOMP os eleitores podem exercer o seu direito de voto por correspondência e devem comunicar tal intenção à Comissão Eleitoral no prazo de quinze (15) dias ininterruptos, após comunicação da data designada para a eleição.

5. Para a Comissão Eleitoral, a ser presidida pelo Dr. Luis José Tavares Landim, Procurador-Geral da República, são designados os seguintes magistrados do Ministério Público:

- **Vogais efetivos:** Dr. Franklin Afonso Furtado, Procurador-Geral Adjunto, e Dr. Henrique Monteiro, Procurador-Geral Adjunto Jubilado;
- **Vogais Suplentes:** Dr. Alcindo Júlio Soares, Procurador da República de Círculo, e Dr. Henrique Soares Teixeira, Inspetor do Ministério Público;
- **Secretário:** Zico António Fortes Andrade, Secretário do Conselho Superior do Ministério Público.

Publique-se.

5. Proposta de alteração de nomeação da Procuradora da República Assistente Virgínia Henrique Tavares Vaz, em comissão de serviço, pelo período de estágio probatório;

O CSMP, no uso das suas competências e em conformidade com as disposições combinadas dos artigos 226º n.º 5 da Constituição, 31º. n.º. 1 e 37º, n.º 1, alínea c), da Lei n.º 89/VII/2011, de 14 de fevereiro, que aprova a Lei Orgânica do Ministério Público, 12º, 13º e 127º da Lei n.º 2/VII/2011, de 20 de junho, 10º e 13º n.º 4 da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de dezembro, deliberou:

1. *Nomear, em comissão ordinária de serviço, os Licenciados em Direito Dr. **Nelson Sonny Pereira Vaz** e Dra. **Virginia Henrique Tavares Vaz**, candidatos aprovados em concurso público de ingresso na Magistratura do Ministério Público, para exercerem, em regime probatório, o cargo de Procurador da República Assistente, em exercício de funções na Procuradoria da República da Comarca da Praia;*
2. *Para preencher a vaga deixada pela Dra. Virgínia Henrique Tavares Vaz, autoriza-se a abertura de concurso para a contratação de um Jurista para o Conselho Superior do Ministério Público.*
3. *Notifique-se e republique-se.*

6. Apreciação da comunicação do Presidente do CSMJ relativa a constrangimentos do Sistema de Informatização da Justiça na ilha de Santo Antão;

O Presidente informou que, na sequência das informações prestadas na reunião extraordinária do dia 18 de Novembro de 2019, tem mantido contactos com o Presidente do Conselho Superior da Magistratura Judicial e do Sistema de Informatização da Justiça (SIJ); mais disse que o SIJ foi alargado para as Comarcas de São Domingos e de Santo Antão, para funcionarem como experiência piloto; disse ainda que o CSMP e o CSMJ adquiriram um *switch* para as Comarcas de Santo Antão, mas este teve uma avaria, sem concerto, sendo necessário a sua substituição; disse também que o CSMJ avançará com uma parte da verba para a aquisição e instalação do aparelho e o CSMP pagará a outra parte, após a prestação de informação detalhada por parte do Presidente do SIJ. A autorização de pagamento ficou dependente das referidas informações.

7. Proposta de autorização para nomeação do Procurador da República, Dr. José Carlos Lopes Correia, para exercer, em comissão de serviço de natureza judiciária, as funções de Assessor do PGR;

O CSMP, no uso das competências previstas nos artigos 226º n.ºs 5 e 6, da Constituição da República, e ao abrigo das disposições combinadas dos artigos 31º n.º 1, 37º n.º 1 al. c), 24 e 28º da Lei n.º 89/VII/2011 de 14 de fevereiro, e 59º e 127º da Lei n.º 2/VIII/2011, de 20 de junho, que aprova o Estatuto dos Magistrado do Ministério Público, n.º 5º da Lei n.º 42/VII/2009, de 27 de Julho, que aprova a Lei de Base da Função Pública, e 3º e 5º do Decreto-Lei n.º 49/2014, de 10 de setembro, deliberou:

- 1. Autorizar, sob proposta do Procurador-Geral da República, a nomeação do Procurador da República **Dr. José Carlos Lopes Correia**, para, em comissão de serviço de natureza judiciária, exercer as funções de Assessor do Procurador-Geral da República.*
- 2. Notifique-se e publique-se.*

8. Matérias para conhecimento:

Despacho de delegação de competências ao Procurador-Geral Adjunto Franklin Afonso Furtado;

O CSMP tomou conhecimento do despacho n.º 5/2019/2020, de 28 de Novembro de 2019, proferido pelo Procurador-Geral da República, que delega competências ao Procurador-Geral Adjunto Franklin Afonso Furtado, para representar o Procurador-Geral da República junto do Supremo Tribunal de Justiça, Tribunal Constitucional e Tribunal de Contas.

9. Apreciação da participação das magistradas do MP contra o Vogal do CSMP

O CSMP deliberou:

Solicitar ao Senhor Vogal para, querendo, nos termos do disposto no artigo 40º do Decreto-Legislativo n.º 2/95, de 20 de junho, se pronunciar quanto ao conteúdo da referida participação até a próxima sessão ordinária.

Notifique-se.

Conselho Superior do Ministério Público, 18 de novembro de 2019.